



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA EM HISTÓRIA

TEREZA SANDY MOTA DOS SANTOS

A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NA REVISTA FON-FON!:
IMAGENS, HUMOR E ESTEREÓTIPOS (1908-1914)

SÃO CRISTÓVÃO/SE
2023

TEREZA SANDY MOTA DOS SANTOS

A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NA REVISTA FON-FON!
IMAGENS, HUMOR E ESTEREÓTIPOS (1908-1914)

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em História.

Orientador: Carlos Franco Liberato

SÃO CRISTÓVÃO/SE
2023

Ainda assim eu me levanto

Você pode me riscar da História
Com mentiras lançadas ao ar.
Pode me jogar contra o chão de terra,
Mas ainda assim, como a poeira, eu vou me levantar.
Minha presença o incomoda?
Por que meu brilho o intimida?
Porque eu caminho como quem possui
Riquezas dignas do grego Midas.
Como a lua e como o sol no céu,
Com a certeza da onda no mar,
Como a esperança emergindo na desgraça,
Assim eu vou me levantar.
Você não queria me ver quebrada?
Cabeça curvada e olhos para o chão?
Ombros caídos como as lágrimas,
Minh 'alma enfraquecida pela solidão?
Meu orgulho o ofende?
Tenho certeza que sim
Porque eu rio como quem possui
Ouros escondidos em mim.
Pode me atirar palavras afiadas,
Dilacerar-me com seu olhar,
Você pode me matar em nome do ódio,
Mas ainda assim, como o ar, eu vou me levantar.
Minha sensualidade incomoda?
Será que você se pergunta
Por que eu danço como se tivesse
Um diamante onde as coxas se juntam?
Da favela, da humilhação imposta pela cor
Eu me levanto
De um passado enraizado na dor
Eu me levanto
Sou um oceano negro, profundo na fé,
Crescendo e expandindo-se como a maré.
Deixando para trás noites de terror e atrocidade
Eu me levanto
Em direção a um novo dia de intensa claridade
Eu me levanto
Trazendo comigo o dom de meus antepassados,
Eu carrego o sonho e a esperança do homem escravizado.
E assim, eu me levanto
Eu me levanto
Eu me levanto.

MAYA ANGELOU

AGRADECIMENTOS

Começo este texto agradecendo a pessoa mais importante da minha vida, minha mãe. Obrigada por tanto amor e apoio. Você me incentivou ativamente nessa caminhada, não desistiu e não me deixou desistir. É a mãe mais incrível que alguém poderia sonhar em ter. Eu tenho a melhor mãe do mundo e ela é digna desse clichê. Estendo este agradecimento a minha irmã que apesar de tudo é um dos meus grandes exemplos de sobrevivência.

A Dandara, minha sobrinha tão amada, agradeço por ter me tornado uma pessoa melhor. Você me ensinou em apenas 4 anos de vida muito mais do que poderia imaginar. É por sua causa que não me desespere e não perco a esperança diante das dificuldades.

Agradeço aos meus grandes amigos e parceiros de curso, Antonio da Silva Junior e Hyllary Mellanie. Vocês fizeram essa experiência ser menos solitária. Vocês são uma das grandes razões por eu ter amado viver essa fase da minha vida.

Estendo meus agradecimentos a Antonio da Silva Junior. Nossas conversas reverberam em meu espírito, e me tornam quem eu sou. Nosso encontro é ancestral. Nossas vidas estão entrelaçadas e isso é um dos afagos em minha alma.

Minha imensa gratidão ao meu amado namorado, Igor Evangelista, que com paciência me ajudou com a correção deste trabalho. Você é a materialidade de sonhos que eu não acreditava que os tivesse e muito menos que os realizaria um dia.

Agradeço ao meu orientador Carlos Liberato, que aceitou tão rapidamente a orientar este trabalho. Obrigada por tanto incentivo e por todos os retornos necessários, sempre o admirei e foi uma honra ter o trabalho orientado pelo senhor.

Estendo meu agradecimento a todos os meus professores do Departamento de História, por fazerem parte desta trajetória. Em especial cito os professores Bruno Álvaro e Edna Maria, dois brilhantes exemplos de professores, que me espelho e admiro.

Por fim, agradeço a todos aqueles que pavimentaram meu caminho até aqui, aqueles não mencionados no texto, mas que estão escritos em meu coração. Obrigada a todos aqueles que almejavam ser livres, obrigada a todos aqueles que ainda permanecem com seus corpos e almas aflitos pela liberdade.

Barka!

RESUMO

Este é um trabalho de conclusão do curso de licenciatura plena em História, da Universidade Federal de Sergipe. Nesta análise, nos debruçaremos sobre as formas de representação de pessoas negras na revista Fon-fon! buscando estabelecer uma compreensão do universo simbólico que essas representações carregam no pós-abolição. O período que entendemos como pós-abolição está delimitado entre os anos de 1888-1937, usando assim um recorte temporal baseado na obra *Negros e Política*, de Flavio dos Santos Gomes. Para o autor, este período é crucial para o entendimento dos sentidos de liberdade, cidadania e autonomia para a população negra. Os processos de desumanização a que o povo negro fora submetido vão para além dos limites entre o século XVI ao século XIX, onde perdurou a escravização.

Mesmo após o fim da **escravização**, é possível observar reatualizações dos processos de desumanização, que continuaram impostos a população negra. Entre estes processos, podemos mencionar; a exclusão de direitos básicos (educação, saúde, segurança, habitação), a manutenção de uma estrutura econômica excludente, que só lhes permitia acesso a subempregos e trabalhos manuais de pouca qualificação, como também, através de um planejamento urbanístico de caráter higienista, mantiveram a população negra afastada das regiões centrais das grandes cidades, em empurrando-a para zonas periféricas sem nenhuma estrutura e acesso à serviços do Estado. Para além disso, esteve em voga para população negra, um projeto político cujo o intuito era embranquecer essa população, um extermínio direcionado aos traços, a cor e a cultura do povo negro.

Desse modo, neste trabalho buscaremos entender dos mecanismos desse processo de desumanização de pessoas negras, que estava em voga na sociedade brasileira: O humor. Neste contexto, o humor torna-se reflexo das instituições racistas, presentes na estrutura das relações de poder, no cotidiano social brasileiro. Para tanto, utilizaremos uma análise histórica, dialogando com a psicologia social, no sentido de compreender como o humor interfere nas interações sociais. Neste sentido, analisaremos o conteúdo da revista Revista Fon-fon! tendo como foco elementos racistas, e de degradação da pessoa negra, das suas produções.

A Fon-fon! foi um importante meio de circulação de ideias e costumes, em uma sociedade que procurava incorporar-se as luzes da modernidade. Modernidade, que por assim dizer, é representada em um processo civilizatório que nega passado colonial e, por consequência, a ordem escravocrata. Apesar de representar esses ideais modernizantes, a Fon-

fon! serviu de fato como um veículo para naturalizar a inferiorização do negro através de textos e imagens humorísticos reforçavam estruturas sociais racistas e excludentes.

Este trabalho está organizado, de tal forma, a apresentar os contextos e meandros iniciais das discussões em torno do nosso objeto - universo de estereótipos e símbolos que rodeiam as representações de pessoas negras na revista Fon-fon!. Dito isso, nossa pesquisa perpassa pela análise crítica da literatura dedicada ao tema, da mesma forma, organiza uma discussão em torno dos conceitos desenvolvidos feitos ao racismo e, a partir disso, estabelece as categorias metodológicas que sustentam esta análise. Ao final, estabeleceremos uma compreensão a respeito das dinâmicas de representação da pessoa negra no início da República, a partir do esforço de observar e questionar as edições da revista Fon-fon!.

Palavras-chave: Racismo; humor; Revista Fon-fon!

ABSTRACT

This is a completion work of the full degree course in History, at the Federal University of Sergipe. In this analysis, we will focus on the forms of representation of black people in Fon-fon! seeking to establish an understanding of the symbolic universe that these representations carry in the post-abolition period. The period we understand as post-abolition is delimited between the years 1888-1937, thus using a time frame based on the work *Negros e Política*, by Flavio dos Santos Gomes. For the author, this period is crucial for understanding the meanings of freedom, citizenship and autonomy for the black population. The dehumanization processes to which black people were subjected go beyond the limits between the 16th and 19th centuries, where enslavement lasted.

Even after the end of slavery, it is possible to observe re-updates of the dehumanization processes, which continued to be imposed on the black population. Among these processes, we can mention; the exclusion of basic rights (education, health, security, housing), the maintenance of an excluding economic structure, which only allowed them access to underemployment and low-skilled manual work, as well as, through urban planning with a hygienist character, maintained the black population moved away from the central regions of large cities, pushing them to peripheral areas without any structure and access to State services. In addition, a political project was in vogue for the black population, whose aim was to whiten this population, an extermination directed at the traits, color and culture of black people.

Thus, in this work we will seek to understand the mechanisms of this process of dehumanization of black people, which was in vogue in Brazilian society: Humor. In this context, humor becomes a reflection of racist institutions, present in the structure of power relations, in Brazilian social life. To do so, we will use a historical analysis, dialoguing with social psychology, in order to understand how humor interferes in social interactions. In this sense, we will analyze the content of Revista Fon-fon! focusing on racist elements, and degradation of the black person, of their productions.

The Fon-fon! it was an important means of circulation of ideas and customs, in a society that sought to incorporate the lights of modernity. Modernity, which, so to speak, is represented in a civilizing process that denies the colonial past and, consequently, the slave order. Despite representing these modernizing ideals, Fon-fon! it actually served as a vehicle to naturalize the inferiority of black people through humorous texts and images that reinforced racist and exclusionary social structures.

This work is organized in such a way as to present the initial contexts and intricacies of the discussions around our object - the universe of stereotypes and symbols that surround the representations of black people in the magazine FonFon!. That said, our research goes through the critical analysis of the literature dedicated to the subject, in the same way, it organizes a discussion around the developed concepts made to racism and, from that, establishes the methodological categories that support this analysis. In the end, we will establish an understanding of the dynamics of representation of the black person at the beginning of the Republic, based on the effort to observe and question the editions of the magazine Fon-Fon!.

Keywords: Racism; humor; Fon-fon Magazine!

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 “A venda”	27
Figura 2 “A scena doméstica”	28
Figura 3 “O futuro sorteio militar”	30
Figura 4 “Os traços”	31
Figura 5 “Os traços”	32
Figura 6 “Os 13 de maio”	34
Figura 7 “Branco, amarello e preto”	36
Figura 8 “Deputado Monteiro Lopes”	39
Figura 9 “Pequena entrevista política com o Dr Monteiro Lopes”	40

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. REVISTA FON-FON! E AS DIVERSAS ANÁLISES PRODUZIDAS A PARTIR DELA	13
3. RACISMO: UM DEBATE CONCEITUAL SOBRE SEUS DESDOBRAMENTOS	15
3.1 Racismo à brasileira: o mito da democracial racial	17
3.2 Racismo cordial	19
3.3 O racismo e o humor sob a óptica da psicologia social	20
4. REVISTA FON-FON! E A IMAGEM DO NEGRO EM SUAS PUBLICAÇÕES	22
5. ANÁLISE DAS FIGURAS	27
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45

1. INTRODUÇÃO

As revistas, jornais, e meios de comunicação de modo geral, tem sido demonstrado vigorosas fontes para a pesquisas históricas, através destes fragmentos, é possível observar o processo de construção, e reconstrução, de determinados imaginários. Dentro disso, o intuito deste trabalho é elaborar uma discussão por meio da análise da revista Fon-fon! observando a instrumentalização do humor na representação de pessoas negras, como forma de subalternizar esta população. Ao mesmo tempo, compreender como os produtos culturais presentes na revista Fon-fon! reforçam o racismo estrutural, em seu plano simbólico-cultural.

O recorte temporal que orienta nossa pesquisa está circunscrito entre 1908 a 1914. Uma vez que, apesar da revista ser fundada no ano de 1907, a digitalização na Biblioteca Nacional acontece a partir de 1908. O segundo recorte busca delimita um fragmento do primeiro editorial da revista, explicada nesta passagem:

Se até os anos de 1930 havia na revista um espaço significativo para sátira política e crônica social, a partir de então esse tom perdeu força, cedendo lugar à figura feminina e à divulgação de modelos de comportamento, beleza, elegância e luxo. Seções como Culinária de bom gosto, Conselhos às mães, Páginas do lar e como ser bela e moldes para roupas passaram a conviver com a literatura e as notícias do cotidiano, assim como a ilustração perdeu espaço para a fotografia (DANTAS, 2011, p. 1).

A obra de Flavio Gomes, *Negros e política 1888-1937* (2005), foi utilizada como critério para a definição do período objeto desta análise. Para o autor, durante o período de 1888 à 1937, o negro passa a ser entendido enquanto sujeito social e político, portanto, dotado de cidadania, nesse período surgem diversas questões a serem reestruturadas. Enquanto a população negra estava descobrindo *o que é ser cidadão, ser integrado e como tornar-se um brasileiro pleno*. O fim da escravização proporciona um reajuste de perspectivas para a população negra, para Flavio Gomes:

Estavam marcados nos corpos e nas mentes — nunca em termos biológicos, mas por expectativas políticas. Lutar por terra, autonomia, contratos, moradias e salários — e enfrentar a costumeira truculência — era reafirmar direitos, interesses e desejo redefinidos, também, em termos étnicos, coletivos e culturais. Havia muita coisa em disputa. Para a população negra não era apenas uma aposta num futuro melhor, mas o desejo de bancar o próprio jogo (GOMES, 2005, p. 6).

Com isso, percebemos nesses primeiros momentos de movimentações, como a reivindicação por acesso à educação, saúde, habitação, emprego, entre outros direitos básicos, que emergem a partir do fim da escravização. O autor define o período pós-abolição como um processo que se estende até a década de 1930. No início da República, a construção de uma identidade nacional é uma ideia em voga entre os dirigentes políticos do novo regime, e a “nação” surge como o elemento que deveria homogeneizar os brasileiros. Em razão disso, os primeiros anos da República são momentos chave para análise de Gomes.

Por conseguinte, o foco deste trabalho é investigar uma possível relação entre as matérias humorísticas vinculadas na revista e as práticas de discriminação racial vigentes no Brasil, do período pós-abolição. Sendo assim, entre 1908 a 1914, observando as publicação da *Fon-fon!*, nota-se uma quantidade considerável de crônicas e imagens de mulheres e homens negros retratados de formas peculiares. As ideias presentes em suas charges tinham, explicitamente ou subjetivamente, propósito de ridicularizar e inferiorizar pessoas negras, ainda que travestidos de humor. Um periódico de alcance massivo como a *Fon-fon!* detém o poder de veicular projetos políticos-ideológicos ao meio social, ao utilizar deste alcance como instrumento de reforço da superestrutura vigente, perpetua, assim, situações de inferiorização de grupos sociais marginalizados.

Desse modo, ao estabelecer uma compreensão a respeito das contribuições da imprensa brasileira entorno da solidificação de um imaginário social que concebe, entre outras formas de opressão, da inferiorização do negro. Outros estudiosos se propuseram a investigar as múltiplas formas de inferiorização do negro no Brasil, Silvio de Almeida discute o racismo estrutural e as diferentes dinâmicas de subalternização do negro a análise do filósofo está voltada para o direito brasileiro, a ideia de democracia e a república. Abdias Nascimento em *O Genocídio do Negro Brasileiro*, discute como através de eufemismos a obra de Gilberto Freyre, que orientou boa parte dos estudos sobre racialidade no século XX, consegue imputar uma falsa ideia de paridade racial no Brasil.

A psicologia social permite estabelecer o entrelaçamento do humor, em suas nuances, e a perpetuação do negro em condição de inferioridade. Dessa forma, é importante entender o que é risível, o que provoca o riso e quais construções simbólicas determinam o humor. Segundo a autora Sandra Leal Dahia:

Inscrito na fronteira entre realidades distintas – o psíquico e o social, o consciente e o inconsciente, o jocoso e o sério –, o riso é capaz de articulá-las de forma a contribuir para o encobrimento e a consolidação do racismo aqui vigente. Isso porque o riso derivado da piada racista é portador de uma ambigüidade que, dificultando uma definição precisa de

sua natureza, permite a ele transitar entre distintas realidades (Dahia, 2008, p. 697).

É dentro de um dos “lugares de prazeres” descritos pela autora que se entende as práticas de transgressões que perpassam o politicamente aceito e encontram-se em uma alternativa historicamente adotado para as conturbadas relações raciais no Brasil. Essa pratica indica uma forma de racismo discreto, racismo esse que não desafia o senso comum de paridade racial. Sandra Leal revela:

O período que marca o final da escravidão se torna, assim, palco da emergência de novos e sutis mecanismos de defesa psíquica e discriminação sociorracial para contornar não apenas a ameaça, mas, sobretudo, a “afronta” que representa a integração do negro à sociedade, momento em que ele passa a competir no mercado de trabalho livre e assalariado (Dahia, 2008, p. 703).

Mesmo sendo uma integração malfadada e sem necessariamente seu acontecimento de fato, ainda era vista como uma afronta aos brancos do país. Mesmo não possuindo mais o aparato jurídico que inferiorizava pessoas negras, era necessário evidenciar a sociedade brasileira que eles eram os “outros”.

2. REVISTA FON-FON! E AS DIVERSAS ANÁLISES PRODUZIDAS A PARTIR DELA

A cidade do Rio de Janeiro começa a ser palco do projeto de modernização brasileira. A urbanização dos centros, as mudanças feitas nas cidades, a tecnologia aplicada, a industrialização e um ritmo cada vez mais frenético da vida. É nesse contexto que surge a revista Fon-fon!. A publicação no caderno de comunicações da cidade do Rio de Janeiro em comemoração ao centenário da revista, revela

Fon-Fon! difundiu novos hábitos como frequentar cafés ou ir ao jogo de futebol e não perdia oportunidade de buzinar as autoridades. Chegou a publicar, numa publicidade, uma caricatura de Afonso Pena (1906-1909), presidente da República, e seus ministros de quimono, cheios de embrulhos, anunciando as fabulosas compras no Bazar do Japão. Globalizada, a revista patrocinou a viagem dos dançarinos de maxixe à Europa, fazendo questão de dar a volta ao mundo estampando em cada número uma imagem internacional (CADERNO DE COMUNICAÇÕES, 2008, p. 9).

As revistas passam a serem um canal da modernidade. O entretenimento de massa passa a ser inserido dentro da sociedade brasileira.

As revistas materializaram a comunicação do moderno. Discurso ágil, piadas que faziam rir e, também, pensar. Fotos sedutoras de personagens e paisagens, imagens, que enfim adquiriram forma no curso da vida cotidiana. Eram um convite à leitura, seja a uma recepção de ordem mais reflexiva ou deixando os olhos passarem, livremente, pelas páginas, na construção de outros sentidos. A fotografia teve papel estratégico nessa materialização do moderno (CADERNO DE COMUNICAÇÕES, 2008, p. 11).

A revista Fonfon! é palco de diversos embates sociais desde a sua criação. Existe diversos trabalhos que analisam a revista e sua contribuição para se entender as primeiras décadas da República no Brasil. Estes trabalhos buscam entender o papel formador desse veículo de comunicação, produzidos através de análises dos editoriais da revista. No início da modernidade as revistas passam a delimitar seu papel.

As revistas almejavam um alvo bastante claro: fazer chegar aos seus leitores idéias, valores, comportamentos e imagens de um universo que se apresentava de forma inaugural, revolucionária e, sobretudo, sedutora. As publicações desempenharam papel de verdadeiros agentes mediadores no processo de atualização cultural. Transformaram-se em especialistas na apropriação, tradução e circulação de saberes (CADERNO DE COMUNICAÇÕES, 2008, p. 11).

As principais análises em torno da Fon-fon! são em busca das imagens de controle produzidas pela revista. A ideia do que seria o feminino dentro da revista, é questionada por diversos autores. Existe um desafio em entender o papel da mulher na sociedade brasileira. A feminilização dos trejeitos da mulher ganhou as páginas da Fon-fon! que passa a ter edições inteiras dedicadas as mulheres e a seus comportamentos.

Um dos trabalhos intitulado *Madames, mademoiselles, melindrosas: “feminino” e modernidade na revista Fon-fon! (1907-1914)* busca compreender o papel da revista no imaginário brasileiro. Para a autora a FonFon!

A revista Fon-fon constrói o feminino, participando discursivamente da construção do gênero na sociedade carioca da belle époque, ao veicular representações da modernidade atravessadas por imagens e significações do feminino. Similarmente à cidade que estava se modernizando, sofrendo “a devastação normal das correntes civilizadoras”, as mulheres também acompanharam, segundo a revista, esse “processo civilizador”, pois como aquela, também “cresceram, desenvolveram-se com a civilização, com as avenidas, com os cinematographos (MACENA,2010, p. 31).

O trabalho de Nathalia Paulino Oliveira e Fabrício José Nascimento da Silveira, intitulado *Mulheres cariocas e práticas de leitura nos anos de 1920: um estudo documental a partir das revistas Fon-fon! e Jornal das Moças*. Um artigo onde os autores analisam aspectos da revista Fon-fon!, situando-a enquanto um relevante espaço de veiculação e circulação de informação, de um momento específico de modernização. Os debates, suas produções, o contexto histórico, o público direcionado. Todos esses elementos constituem-se objetos para estudos que visem compreender fragmentos do universo simbólico daquela determinada época.

Outro trabalho foi produzido pelas autoras Renata Franqui e Marcília Rosa Periotto, da Universidade Estadual de Maringá, busca compreender a atuação da revista quanto aos conteúdos educativos e a forma adotada para atingir o público feminino. A revista produz um ambiente quase pedagógico-cultural em relação a educação das mulheres no início do Estado Novo (1937-1939). Para os autores

A partir do exposto, considerando-se que “[...] as revistas são, normalmente, o reflexo ideológico de sua época” (GOTTARDI; NAHES, 2006, p. 193), salienta-se a importância da análise dos conteúdos da revista, tendo se em vista que estes contribuem para a compreensão dos sentidos e significados veiculados e vendidos pelo periódico, especialmente no período que concerne ao Estado Novo brasileiro, foco específico desta pesquisa (FRANQUI, PERIOTTO. 2016, p. 90)

Apesar das diversas análises produzidas a partir das publicações semanais da revista, não há indícios de uma produção voltada a entender a retratação do negro na revista. Como

mencionado, há algumas pesquisas sobre a imagem das mulheres na revista e do comportamento das mesmas. É a partir desse espaço no campo de conhecimento sobre a revista, em relação a imagem da população recém liberta, que iremos prosseguir a investigação.

3. RACISMO: UM DEBATE CONCEITUAL SOBRE SEUS DESDOBRAMENTOS

A fim de elucidar as categorias metodológicas que orientam nossa pesquisa, é conveniente aprofundar as discussões conceituais que rodeiam o racismo, bem como compreender a suas historicidades e respaldos materiais. Dito isso:

O racismo constitui-se num processo de hierarquização, exclusão e discriminação contra um indivíduo ou toda uma categoria social que é definida como diferente com base em alguma marca física externa (real ou imaginada), a qual é re-significada em termos de uma marca cultural interna que define padrões de comportamento. Por exemplo, a cor da pele sendo negra (marca física externa) pode implicar na percepção do sujeito (indivíduo ou grupo) como preguiçoso, agressivo e alegre (marca cultural interna) (LIMA, VALA, 2004, p. 402).

De tal modo, o racismo, para além de atitudes hostis, opera dentro das formas institucionais. O termo racismo institucional ou estrutural refere-se ao nível macro do sistema social. Instituições, ideologias e outros processos que interagem uns com os outros para gerar e reforçar as desigualdades. (GEE & FORD, 2011, apud LIMA, 2020, p.106).

Os racistas estabelecem uma diferenciação do “nós”, e “eles”, diferenciação essa que é permanente e inultrapassável. Para os racistas a premissa é a da impossibilidade de se conviver com as vítimas de racismo, fora de uma relação de dominação/subordinação (FREDRICKSON, 2004, p. 85).

Por assim dizer, o racismo está enraizado na estrutura social, ambos indissociáveis, pois mantem uma relação de simbiose, de reforço comum. Essa relação simbiótica da estrutura social e o racismo, tem origem ainda no mercantilismo europeu, não apenas com o modo de exploração racial organizado pelos portugueses na costa do continente africano, mas também pela dominação colonialista no século XV, que atravessa a História até a contemporaneidade.

Ao observando o curso da História, na primeira metade do século XX, parece surgir um crescimento, significativo, de um racismo explícito. No sul dos Estados Unidos, a exemplo, há um fortalecimento dos movimentos supremacistas, entre os anos de 1890 e 1950. Vale lembrar que os EUA mantinham um modelo de “apartheid jurídico”, que se assemelha ao apartheid África do Sul, que ocorre em períodos semelhantes, durante os anos de 1910 a 1950. Na Alemanha nazista, o arianismo promove o que seria o clímax dos movimentos

supremacistas, entre 1933 e 1945, não apenas negros, mas judeus, ciganos, homossexuais, deficientes físicos e outras minorias sociais, foram perseguidos, presos, torturados e assinados em massa pelo genocídio nazista. Esses regimes abertamente racistas estavam ancorados em sistemas burocráticos modernos e tecnologia avançada (Zygmunt Baumann). As instituições respaldavam o poder baseado em características físicas, para além disso, garantiam que aqueles com características vistas como inferiores “não saíssem do seu lugar”.

Motivado pela necessidade de reconduzir cada um ao seu lugar, ou seja, os não-brancos a uma condição de submissão, o discurso jocoso passa a ser empregado amplamente como um rico recurso simbólico. Essa opção, politicamente não comprometida, caracteriza um tipo de posição de caráter indefinido, frequentemente adotada pelo brasileiro para fugir de questões não conciliatórias, como a questão racial. (DAHIA, 2008, p. 703).

No Brasil, esse fenômeno se intensifica e ganha novas expressões a partir do fim da escravidão, com a transição do regime monárquico para o modelo republicano, dentro de um sistema jurídico que concede cidadania aos negros, torna-se necessário atualizar as antigas formas de inferiorização. O modelo institucional de opressão, através de legislações que permitiam a escravização, acabou. Entretanto, a inferiorização racial ainda era um instrumento vigoroso para justificar a superexploração deste povo. A consequência disso, a otimização de mecanismos culturais que desumanizam o negro no plano ideológico social, normalizando, assim, as dinâmicas que o explora em seu plano material.

O racismo estrutural no Brasil está intrinsecamente ligado a organização e consolidação da sociedade. Em seu livro *Racismo estrutural* (2019), o filósofo e jurista brasileiro Silvio Almeida divide o tema em algumas seções, os títulos dos capítulos de sua obra: “*Raça e racismo*”, “*Racismo e ideologia*”, “*Racismo e política*”, “*Racismo e direito*”, “*Racismo e economia*”, entre outras coisas, revelam questões cruciais para o entendimento do racismo no Brasil. “o racismo é sempre estrutural, ou seja, [...] ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. [...] é a manifestação normal de uma sociedade, e não é um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade” (ALMEIDA, 2019, p.20).

O racismo estrutural estaria, portanto, intrinsecamente adotado nas instituições sociais, nos comportamentos, na mídia. Para Silvio

Entretanto, para as visões que consideram o racismo um fenômeno institucional e/ou estrutural, mais do que a consciência, o racismo como ideologia molda o inconsciente. Dessa forma, a ação dos indivíduos, ainda que conscientes “se dá em uma moldura de sociabilidade dotada de constituição historicamente inconsciente”. Ou seja, a vida cultural e política no interior da qual os indivíduos se reconhecem enquanto sujeitos

autoconscientes e onde formam os seus afetos é constituída por padrões de clivagem racial inseridas no imaginário e em práticas sociais cotidianas. Desse modo, a vida “normal”, os afetos e as “verdades”, são, inexoravelmente, perpassados pelo racismo, que não depende de uma ação consciente para existir. (ALMEIDA, 2019, p. 50)

Para Florestan Fernandes as dinâmicas impostas postas a população negra, é um ponto de referência capaz de pacificar um entendimento, que a democracia, enquanto um regime de garantia dos direitos fundamentais, não se consolidou no Brasil (FERNANDES, 1984).

Racismo à brasileira: O mito da democracia racial

As novas expressões do racismo estão no âmbito das relações interpessoais (LIMA, 2020), uma delas são as formas positivas de se avaliar o negro que, na verdade, revela formas sutis e sofisticadas do racismo no Brasil. Por exemplo, designar adjetivos como, fortes e alegres, aparentemente são entendidos como ensejos positivos, contudo, quando se observa essas características aplicadas na vida das pessoas negras, revela uma forma de estratificação dos papéis sociais. (LIMA, VALA. 2004). A estratificação se especifica quando se fala “eles (os negros) são felizes”, pois trata-se de uma estereotipagem dos elementos culturais e da subjetividade negra, essa frase ainda maquia a incontáveis opressões a que esta população está submetida, assim, não há indignação ou revolta, pois, se cria o mito de que preto vive bem. “O negro é mais forte” esta, da mesma forma, é uma frase que animaliza o negro, distanciando-o de sua natureza humana, a frase, que parece um elogio, na verdade, justifica a submissão de trabalhos braçais e jornadas exaustivas a estes corpos. Portanto, essas expressões são meras as atualizações de um pensamento dominante, que, no período escravocrata, designava a justificar a escravidão negra.

O racismo disfarçado é característico dos países da América Latina como disposto pela autora Lélia Gonzalez

No racismo disfarçado, “prevelem as ‘teorias’ da miscigenação, da assimilação e da ‘democracia racial’”, e essa forma de se manifestar, afirma, ao pensar o Brasil, impede a “consciência objetiva desse racismo sem disfarces e o conhecimento direto de suas práticas cruéis” pois a crença historicamente construída sobre a miscigenação criou o mito da inexistência do racismo em nosso país (GONZALEZ, 1984, apud CARDOSO, 2014, p. 34).

Quando mencionamos o racismo no Brasil, é preciso entender as formas assumidas historicamente desse fenômeno no país. Petrônio Domingues (2005) destaca o empenho significativo que ocorre principalmente no período pós abolição para se categorizar o Brasil enquanto uma democracia racial.

Democracia racial, a rigor, significa um sistema racial desprovido de qualquer barreira legal ou institucional para a igualdade racial, e, em certa medida, um sistema racial desprovido de qualquer manifestação de preconceito ou discriminação. A lei Áurea, em 1888, aboliu a escravidão, o principal dispositivo institucional de opressão dos negros no Brasil. Em 1889, a proclamação da República universalizou, em tese, o direito à cidadania. Do ponto de vista do discurso legal, cidadãos negros passariam a desfrutar de uma igualdade de direitos e oportunidades em relação aos brancos em todas as áreas da vida pública: educação, emprego, moradia, terra, saúde, lazer, etc. No entanto, não podemos esquecer que, segundo o artigo 70, título IV, da Constituição de 1891, não tinham direitos políticos, ou seja, não podiam votar e ser votados, entre outros, os analfabetos, condição na qual se encontrava a maioria da população negra, em São Paulo, no alvorecer da República. Assim, a inexistência da igualdade política anulava, na prática, muito dos supostos avanços da teoria (DOMINGUES, 2005, p. 116).

O mito da democracia racial se consolida a partir do contraste com o contexto estadunidense. A segregação institucionalizada nos Estados Unidos foi usada como parâmetro de comparação, para aqueles que acreditavam em uma democracia racial no Brasil. (DOMINGUES, 2005). Assim a democracia racial é entendida enquanto um sistema crenças que exprime não existir diferenciações institucionais, materiais e ideológicas entre brancos e não-brancos, e que nega, portanto, qualquer contradição baseada em racialidade no Brasil.

A autora Lélia Gonzalez descreve o imaginário popular sobre o assunto:

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto (GONZALEZ, 1984, p. 226).

Gonzalez, de forma brilhante, ironiza a forma sutil do racismo no Brasil. Como dito, a democracia racial é uma criação brasileira para apaziguar a estrutura social. No Brasil, se pode, ao mesmo tempo, elogiar e desumanizar uma pessoa negra sem explicitar a contradição.

Abdias Nascimento revela

Devemos compreender "democracia racial" como significado da metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o apartheid da África do Sul, mas eficazmente institucionalizado nos níveis oficiais de governo assim como difuso no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país (NASCIMENTO, 1978, p. 93).

O mito da democracia racial permitiu que a classe dominante, não somente usufruir das desigualdades, como também culpabilizar os negros por seus “fracassos”:

Do ponto de vista do discurso da ideologia racial no pós-abolição (a saber o, da democracia racial), as oportunidades eram dadas igualmente para negros e brancos. Mas como os negros não as aproveitavam, concluía-se que eram incompetentes, incapazes e/ou inferiores.

Portanto, uma das dimensões psicológicas do mito da democracia racial foi ter reforçado o "complexo de superioridade" no branco e, em contrapartida, desenvolvido no negro o "complexo de inferioridade", isto é, fez o negro sentir-se responsável pelos seus próprios infortúnios. Assim, a classe dominante transferiu ao negro a culpa por todas as mazelas que o afetavam. A hierarquia racial, não de direito, mas de fato, era apontada como consequência natural das deficiências do negro, de sua incapacidade de adaptar-se ao estilo de vida do mundo urbano e fabril (DOMINGUES, 2005, p. 126).

Gonzalez concebe o termo *Neurose cultural* para definir o *modus operandi* do racismo à brasileira. A Neurose cultural, para Lélia, é um processo de negação da existência desse racismo. Esse termo compreende um comportamento social que, dentro do esforço de negar o seu racismo, produz um sistema de crenças que extingui o racismo, mas esconde suas contradições.

Racismo Cordial

O racismo cordial é uma das expressões criadas a partir da ideia de uma democracia racial. Mas o que seria o racismo cordial? Como esse fenômeno opera no Brasil? O racismo cordial é definido como um conjunto de práticas de discriminação contra pessoas não brancas (LIMA, VALA, 2004). Contudo não seria uma prática abertamente racista de discriminação está se apresentaria de formas sutis. Com isso, o racismo cordial serve como escape para alguns.

O pressuposto empírico desta teoria resulta de um estudo realizado junto a uma amostra representativa da população brasileira no qual se verificou que, apesar de 89% da amostra afirmar que existe racismo no Brasil, apenas 10% admitem ser racistas. Turra e Venturi (1995) utilizaram então uma escala menos direta com 12 itens (e.g., "Negro bom é negro de alma branca", "Negro, quando não faz besteira na entrada, faz na saída", etc.), e verificaram que mais de 50% da amostra pesquisada concorda com afirmativas deste tipo. De uma maneira geral, 83% da população entrevistada concorda, em algum nível, com os itens da escala de racismo cordial (LIMA, VALA. 2004, p. 407).

O racismo cordial estrutura as relações cotidianas, substituindo assim o racismo científico. Quando o racismo científico cai em desuso, em razão da fragilidade dos seus pressupostos teóricos frente aos avanços da pesquisa em genética, é necessário justificar a inferioridade do negro por outros vieses. É, portanto, uma forma sutil de racismo - mas não menos violenta.

O "racismo cordial", no Brasil é percussor das mais variadas e sutis formas de inferiorização do negro na contemporaneidade (LIMA, 2002). Esse racismo é característico da relação cotidiana entre brancos e negros no Brasil. Através das relações informais, o racismo

cordial diminui as tensões raciais existentes na sociedade. Os que praticam por diversas vezes o fazem afirmando uma falta de intencionalidade. Segundo o Ronaldo Sales a cordialidade tem suas funcionalidades na manutenção de posições sociais:

[...] a cordialidade tem a incumbência de defender a paz e a ordem sociais, cuja estrutura política é organizada de maneira que alguns possam defender, contra os outros, o status quo, perenizando-o na "democracia racial". É, pois, uma estratégia de desarticulação de forças emancipatórias mediante a criação de redes de interdependência e da integração subordinada dos grupos marginalizados, desmobilizando e deslegitimando as lutas ou confrontos emancipatórios, tachados de "conflitos raciais" (SALES, 2006, p. 231).

O sociólogo Dagoberto Fonseca reflete sobre o humor e a sua instrumentalização como expressão do racismo, uma forma genuína da cordialidade do racismo brasileiro, a sutileza o risível é o que sustenta uma crença, infundada, na democracia racial. Com isso, o autor busca traçar as formas como as piadas de teor racistas se engendram no nosso cotidiano. É possível analisar uma piada racista na dimensão de dois sujeitos; o indivíduo ou grupo que emite a piada e o indivíduo ou grupo alvo da piada. Aqueles que emitem a piada, também são os sujeitos receptores, pois só o branco recebe com risos a ridicularização de um negro, através disso, explicitam a estratificação social e reforça sua posição de dominância, a prática ocultada entre risos de descontração, ainda que repreendida, está prática não é considerada racismo, uma vez que se trata de “apenas uma piada”. Em contramão, o indivíduo ou grupo alvo dessas piadas, se deparam com o constrangimento do estigma, a partir disso, as posições possíveis são o confronto ou ignorar a situação. O confrontador tem suas demandas deslegitimadas e desrespeitadas. Que e ignora guarda o constrangimento amargo como fel.

Para o dramaturgo Nelson Rodrigues

Não caçamos prêtos, no meio da rua, a pauladas como nos Estados Unidos. Mas fazemos o que talvez seja pior: os tratamos com uma cordialidade que é o disfarce pusilânime de um desprezo que fermenta em nós, dia e noite (RODRIGUES, NASCIMENTO, 1978, p. 77).

A cordialidade a qual refere-se Nelson Rodrigues, está nas relações cotidianas e na cultura consumida amplamente. Está é utilizada como negação do racismo e na manutenção do negro enquanto inferior. Essa cordialidade procura inibir a possibilidade de reação do negro a esses processos desumanizantes. A ideia de cordialidade acimenta uma paz equivocada, dentro do mito da democracia racial.

O racismo e o humor sob a óptica da psicologia social

Na psicologia, Sandra Leal Dahia, fala sobre o riso e seu panorama mediador entre o “psíquico e o social, o consciente e o inconsciente, o jocoso e o sério” (DAHIA, 2008, p.697). Essa perspectiva nos mostra o papel que ambientes de descontrações desempenham no imaginário brasileiro, a ideia de existir um campo permissivo no meio social em que as piadas podem ser criminosas e ofensivas. Toda e qualquer reflexão sobre o racismo contido é ignorado, pois o campo do entretenimento não permite tais reflexões.

Com o fim da escravização houve a necessidade de uma nova reestruturação do lugar do negro como já mencionado ao longo deste trabalho. A psicóloga Sandra Leal Dahia explica:

O período que marca o final da escravidão se torna, assim, palco da emergência de novos e sutis mecanismos de defesa psíquica e discriminação sociorracial para contornar não apenas a ameaça, mas, sobretudo, a “afrota” que representa a integração do negro à sociedade, momento em que ele passa a competir no mercado de trabalho livre e assalariado (DAMATTA, 1987, apud DAHIA, 2008, p.703).

O campo do entretenimento é uma fonte vasta de pesquisa dentro da psicologia social. Como discute, Muniz Sodré:

A mídia, a indústria cultural, constroem identidade virtuais a partir, não só da negação e do recalcamento, mas também de um saber de senso comum alimentado por uma longa tradição ocidental de preconceitos e rejeições. Da identidade virtual, nascem os estereótipos e as folclorizações em torno do indivíduo de pele escura (Muniz Sodré, 1999, p. 246).

Este entretenimento encontra espaço no inconsciente. Neste sentido, Dahia nos traz considerações sobre o inconsciente:

Nesse caso, o inconsciente é definido como um sistema que se relaciona dinamicamente com o sistema pré-consciente e com o consciente, todos integrantes do psiquismo humano. O inconsciente é regido por leis próprias, alheias à noção de tempo. É constituído por conteúdos recalçados que não têm acesso ao sistema consciente em função de censuras internas, podendo, também, ser constituído por conteúdos não adquiridos pelos indivíduos, ou seja, os conteúdos inconscientes podem ter sido, em algum momento, conscientes e ter-se tornado recalçados, como também podem ser genuinamente inconscientes (DAHIA, 2008, p.708).

Ao tratar também do risível, da descontração provocada por muitas publicações da Fon-fon! encontramos estudos dentro da psiquiatria. O psicanalista Sigmund Freud, em seus estudos sobre o humor, revela as nuances dos processos psíquicos em torno do humor. Freud,

em seu livro *Os chistes e sua relação com o inconsciente*, busca compreender o riso, a descontração enquanto mecanismos sociais. As piadas feitas sobre os judeus eram de seu interesse. Entendendo a importância de estudarmos a relevância da imagem passada através do humor, falaremos no próximo tópico sobre as representações de pessoas negras na Fonfon!.

4. REVISTA FON-FON! E A IMAGEM DO NEGRO EM SUAS PUBLICAÇÕES

As tensões raciais vividas durante o início do século XX, podem ser entendidas como necessidades de radicalizar as relações raciais vigentes, com o intuito de manter o negro numa posição de subalternidade. A autora indiana Gayatri Spivak em sua obra *Pode o subalterno falar?* Discute sobre a subalternidade dentro da ideia de colonização e da dominação do pensamento eurocêntrico.

Para Spivak (2010), o subalterno é todo sujeito excluído e limitado da possibilidade de fala no espaço público em um contexto colonial. Sua análise compreende que, no contexto colonial imperialista britânico de dominação sobre a Índia, essa exclusão é mais evidente na forma como a mulher é representada (OLIVEIRA, SANTOS E SILVA, 2022, p. 242).

Spivack discute a subalternidade a partir do campo do gênero, mas não somente. Como mencionado, o subalterno é usado para aquele que não tem poder para falar por si próprio, aquele cujo o propósito de existir é violado por outros. O termo é usado relacionado a mulheres no trabalho de Spivack, especificamente mulheres indianas que estão sob o julgo da religião e do império britânico. O termo subalterno é usado para referir-se a todos os povos que foram colonizados no início da modernidade e que, posteriormente, estiveram sob as ordens do imperialismo. Neste trabalho entenderemos o subalterno enquanto o negro, estruturalmente silenciado que também sofre o processo de colonização e consequentemente de perda de autonomia.

As imagens aqui analisadas refletem o alinhamento da revista ao imaginário hegemônico que subalterniza a população, a mesma revista, portanto, exerceu um papel de reprodução dos estereótipos socialmente desenvolvidos. Com isso, nas imagens que a Fon-fon! veiculava, as pessoas negras eram ridicularizadas, seja em sua forma de comunicação, onde os diálogos sempre deixam explícito um português inculto ou, até mesmo, em suas vestimentas, nos traços desenhados, que deveriam de seus lábios e narizes, mas que, no final, animalizam seus fenótipos.

Desenhos e imagens, mesmo quando fazem alusão a algo existente na realidade, são representações. Há por trás das imagens um significado, seja oculto ou explícito. As representações carregam, portanto, sentidos que estão atrelados ao plano cultural onde são produzidos. A linguagem visual geralmente, transcreve, de forma mais ou menos fiel, aquilo que queremos representar. Nela pode-se perceber uma série de símbolos embricados em seus produtos. Eles trazem consigo um conjunto de semelhanças com o objeto real. No entanto

estes símbolos são possuidores de significado. Mas é possível conceber sentido aos significados? Na obra *Cultura e representação* o autor Stuart Hall diz:

Assim como as pessoas que pertencem à mesma cultura compartilham um mapa conceitual relativamente parecido, elas também devem compartilhar uma maneira semelhante de interpretar os signos de uma linguagem, pois só assim os sentidos serão efetivamente intercambiados entre os sujeitos (HALL, 2016, p. 22).

Então, o que seriam as representações afinal? O que significa representar algo? Representação é a reprodução de algo, simbolizar alguma coisa, pôr-se no seu lugar ou dela ser uma amostra ou um substituto. Qual seria o significado dessas representações? O que é necessário para a construção de um significado?

Em primeiro lugar, portanto, o significado depende do sistema de conceitos e imagens formados em nossos pensamentos, que podem ‘representar’ ou ‘se colocar como’ o mundo. Este sistema possibilita que façamos referências a coisas tanto dentro, quanto fora de nossa mente (HALL, 2016, p. 20).

As representações funcionam mediante aquilo que é visto claramente e aquilo que é ocultado. Para Foucault, por exemplo, uma imagem apenas é entendida em sua totalidade a partir do sentido que cada espectador dela o concede. Os elementos de uma representação não possuem sentidos fixos ou verdadeiros.

Para entender as representações das pessoas negras nas revistas de humor brasileiras, é importante compreender a estereotipagem reservada a estes corpos. Dessa forma, é conveniente questionar: o que seria um estereótipo. Hall discute os estereótipos a partir da ideia de tipificação de Richard Dyer, para quem a tipificação encontra-se atrelada ao modo em que classificamos o mundo que conhecemos.

Para Richard Dyer (2017) tipificação está ligado a ideia de tipos, referindo-se a classificações, além de traços que estão ligados a personalidade, funções e atribuições sociais. Neste sentido, é apresentada a ideia da mesa típica. Ou seja, ao vermos uma base plana com quatro apoios automaticamente entendemos que aquele objeto é um exemplar daquilo que classificamos como mesa.

Desse modo, podemos entender a diferença entre tipificação e estereótipos. Segundo Hall:

[Os estereótipos] Apossam das poucas características ‘simples, vívidas, memoráveis, facilmente compreendidas e amplamente reconhecidas’ sobre uma pessoa; tudo sobre ela é *reduzido* a esses traços que são, depois, *exagerados e simplificados*. Este é o processo que descrevemos anteriormente. Então, o primeiro ponto é que a *estereotipagem reduz, essencializa, naturaliza e fixa a “diferença”* (HALL, 2016, p. 191).

O estereótipo trabalha no limite da exclusão sendo, um mecanismo de manutenção da ordem social. O “outro” é sempre visto enquanto parte da anormalidade, daquilo que é inferior. Assim, o estereótipo aglutina pessoas de grupos marginalizados assignando-lhes determinadas características unificadoras. Há uma ligação entre a ocorrência da estereotipagem e a desigualdade de poder existente (HALL, 2016). A estereotipagem está atrelada ao poder daqueles que ditam as regras sociais e àquilo que se considera socialmente aceito.

O poder, aqui citado, está ligado as representações simbólicas determinadas por aqueles que impõe as suas verdades sobre o “outro”. Para Hall

O poder, ao que parece, tem que ser entendido aqui não apenas em termos de exploração econômica e coerção física, mas também em termos simbólicos ou culturais mais amplos, incluindo o poder de representar alguém ou alguma coisa de certa maneira – dentro de um determinado “regime de representação”. Ele inclui o exercício do poder simbólico através das práticas representacionais e a estereotipagem é um elemento-chave deste exercício de violência simbólica (HALL, 2016, p. 193).

A partir disso, entenderemos o que significa o imaginário social construído a partir da ideia de uma inferioridade do negro. No dicionário Oxford, *imaginário* significa tudo aquilo que é fruto da imaginação, aquilo que se contrapõe ao conhecimento e o saber científico. Um imaginário, historicamente construído e socialmente reforçado, detém o poder de alterar a dimensão do real, pois se enraíza no plano cultural, garantindo sua replicação contínua, e transmuta-se, conforme necessário, dentro de uma sociedade. Para bell hooks (2019), as representações construídas sobre o negro partem de um ponto de vista do colonizador. Dentro disso, os elementos que compõe essas representações carregam, incontornavelmente, a ideia de inferiorização dos povos colonizados, uma vez que são erguidos sob a óptica de seus algozes.

A pluralidade das representações do negro, em sua totalidade, garante que todos os meios de propagação na sociedade estejam envolvidos na construção da desigualdade racial. Esse é um processo que ocorre no seio da cultura estabelecida, sendo intrínseco no imaginário social. A cultura está ligada as características do modo de vida de um grupo, seja ele um povo, comunidade ou grupo social, e relaciona a valores compartilhados por esses mesmos grupos. (HALL, p. 55) Dessa forma, podemos compreender o racismo como um elemento integrante do agrupamento de valores transmitidos socialmente, através dos mecanismos que a cultura dominante disponibiliza. Assim, uma representação racista só é possível pois, o emissor e o receptor dos símbolos estão homogeneizados sob a mesma cultura.

Lélia Gonzalez é perspicaz quando aborda a naturalização dada aos estereótipos aos negros pela sociedade brasileira:

A primeira coisa que a gente percebe, nesse papo de racismo é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por quê? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, cianice, etc. e tal. Daí, é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha, é malandro e se é malandro é ladrão. Logo, tem que ser preso, naturalmente. (...) Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser favelados (GONZALEZ, 1984, p. 225 - 226).

Para Jacques Rancière (2017), a imagem funciona como uma representação direta de um pensamento ou de um sentimento. Portanto, o imaginário antes entendido como fictício passa a fazer parte do que a sociedade considera enquanto real.

Os autores Matheus Vieira Gomes Bibiano e Ana Lucia Silva Enne refletem sobre o papel dos meios de comunicação nesse processo:

Isto posto, entendemos que os meios de comunicação são articulados como canais de construção de imaginários, que correspondem um sentimento ideológico e que detém das rédeas destas representações. Se a indústria cultural constitui virtualidades e inclina-se num projeto de repetição destas virtualidades identitárias, a ela também cabe a responsabilidade do que é e o que não é reproduzido nestas narrativas (BIBIANO, ENNE, 2017, p.7).

As imagens da Fon-fon! analisadas neste trabalho mostram aquilo que a revista pretendia subjetivamente inferir no imaginário dos seus leitores. O negro subalternizado era a imagem entendida enquanto realidade. Isso está ligado a ideia da representação que se conecta, diretamente, a uma prática de exercício de poder. O poder do discurso daqueles que pretendem inferiorizar algum – ou alguns – grupos sociais. As relações entre negros e brancos no Brasil, se constitui enquanto desiguais estruturalmente. O poder está centrado no grupo que fundamentalmente usufrui da estrutura desigual.

A antropóloga Lilia Schwarcz, descreve a relação de domínio existente entre a imagem produzida e o controle social. Como supracitado, o controle social está ligado as representações e na estereotipagem. Segundo a autora “As imagens não são produtos, mas produzem também o seu contexto”. (SCHWARCZ, 2021).

Para o autor da obra *Racismo Estrutural*:

Por certo o folclore, os “lugares-comuns”, os “chistes”, as piadas e os misticismos são importantes veículos de propagação do racismo, pois é por meio da cultura popular que haverá a naturalização da discriminação no imaginário social. (ALMEIDA, 2019, p. 54).

Nessas revistas eram comum o uso de caricaturas para representar pessoas negras, como veremos no capítulo 4 deste trabalho. No início da República esses caricaturistas entendiam a sociedade sob a óptica da branquitude, e a representava, dessa forma, com as imposições simbólicas dessa ideologia.

Como Silvia Capanema Almeida e Rogério Sousa Silva revelam:

Os caricaturistas percebiam os diferentes lugares sociais do negro e também as nuances desses lugares, agindo, na expressão de Gardes (2011), como verdadeiros “sismógrafos” das vibrações da vida cotidiana de seu tempo e como mediadores entre a cultura popular e a erudita. Na então capital da República, a cultura das ruas tem nos negros a sua principal manifestação (Velloso, 2004). As representações dos caricaturistas vão de crítica à posição social do negro ao ocultamento, passando pelos insultos por meio de piadas e manifestações sutis ou explícitas de preconceito (ALMEIDA E SILVA, 2013, p. 319).

Em seu livro, *Racismo Recreativo*, o autor Adilson Moreira comenta sobre os meios de propagação de informação cujo a função a serem apenas entretenimento. No entanto, entre as nuances, as representações que ocorrem como efetivo do entretenimento é uma, de diversas formas, de replicação dos ideários, objetos de análise da historiografia. Por isso, devem ser dadas as devidas importâncias ao estudo das representações de grupos marginalizados no plano cultural. Segundo Moreira “É muito comum ouvirmos o argumento segundo o qual produções culturais que reproduzem estereótipos raciais não são discriminatórias porque promovem a descontração das pessoas.” (MOREIRA, 2019, p.5).

Diante disso, analisaremos a algumas ilustrações e textos encontradas na Fon-fon!. As imagens analisadas demonstram os estereótipos criados no Brasil sobre população negra. A boa empregada, o caipira, o negro iletrado. Além disso, as ilustrações seguem carregadas de imagens estereotipadas em relação aos traços negroides - os lábios, o nariz e a cor de pele desproporcionais.

5. ANÁLISE DAS FIGURAS

FIGURA 1: “NA VENDA”



FONTE: Revista Fon-fon! Ed. 0040, p. 13, 1908

FIGURA 2: “SCENA DOMESTICA”



FONTE: Revista Fon-fon! Ed. 007, p. 4, 1910

A figura 1 retrata uma senhora negra preocupada com a Lei do sorteio (Lei de nº1.860/08. A referida lei institui no Brasil o serviço militar obrigatório. Entre suas funções, estava a ideia de montar uma reserva de homens que, em caso de necessidade, pudessem ser rapidamente recrutados para o Exército. O serviço militar brasileiro, no entanto, era visto como um trabalho degradante, seus membros eram considerados “a escória da sociedade” (ex-escravizados, camponeses, pobres...). Muitos soldados eram, na verdade, prisioneiros que foram obrigados a cumprir o serviço militar. Em tese, com esse novo método de sorteio, todas as classes seriam incumbidas a estarem no serviço militar.

Ao observarmos as imagens 1 e 2, e o emaranhado de símbolos que a compõe, é possível perceber que essa senhora de vestes simples, demonstra pouco uso do português formal, que configura o estereótipo do negro inculto. Difunde a ideia da inferioridade intelectual do negro. Outra forma, as vestes simples, é o lenço na cabeça, o cesto que carrega,

assemelha a senhora de um ambiente doméstico, a associação automática é a imagem de uma empregada doméstica. A imagem da mulher negra estava frequentemente atrelada ao trabalho doméstico na Casa Grande. Ao fim da escravização, as mulheres negras continuaram a gastar sua força de trabalho em cozinhas de pessoas brancas, passando de escravas domésticas, para empregadas domésticas. Embora se altere as relações de trabalho, a imagem da mulher negra enquanto uma “boa empregada” e “feita ao serviço doméstico” estava consolidada em nosso imaginário social. E, ainda assim, as condições de trabalho impostas a esses corpos, assemelha-se ao escravismo. (PEREIRA, 2011.). Esta caricatura cumpre um papel de reforçar um estereótipo social. Além disso, a personagem da mulher negra representado na imagem não é lhe dado um nome. Está mulher negra é posta de forma genérica e sem individualidade. A imagem diz, implicitamente, que este corpo tem como única utilidade o serviço braçal. Uma compreensão que não gera espanto, pois se soma a um sistema de crenças, historicamente construído desde o bojo colonial.

Dento disso, Flávio Gomes e Olívia Maria Gomes da Cunha afirmam:

(...) A sujeição, a subordinação e a desumanização, que davam inteligibilidade à experiência do cativo, foram requalificadas num contexto posterior ao término formal da escravidão, no qual relações de trabalho, de hierarquias e de poder abrigaram identidades sociais se não idênticas, similares àquelas que determinada historiografia qualificou como exclusivas ou características das relações senhor – escravo (GOMES, CUNHA, 2007, p. 11, apud SANTOS, 2011, p. 1).

Assim, lugar destinado a trabalhadoras negras no pós-abolição ainda é a subalternidade. Uma realidade constituída não apenas em seu plano material, mas também no universo de símbolos que compõe o imaginário social. Não há como entender os processos de inferiorização a que pessoas não-brancas foram submetidas sem compreender o papel da mulher negra. São essas que atravessam suas vidas sob o julgo do racismo e sexismo. Apesar da importância da posição da mulher negra na formação socioeconômica brasileira, apenas na década de 70 que surgem formulações debatem a relevância desse sujeito na sociedade. Os movimentos negros são percursos na discussão sobre o papel da mulher negra dentro da configuração étnico-racial no Brasil. Estes corpos foram submetidos a processos extremamente violentos, cujo a síntese é um país miscigenado, que cordialmente sustenta uma sociedade desigual.

FIGURA 3: FUTURO SORTEIO MILITAR



FONTE: Revista Fon-fon! Ed. 0039, p. 17, 1908

Como mencionado anteriormente, aqueles que defendiam a Lei do Sorteio tinham pretensões claras:

A lei do sorteio militar era apresentada como a lei que reformularia as instituições militares, pois trazia um conceito de profissionalismo para forças armadas, e também mudaria um sistema que utilizava a “caçada humana” como meio de suprir suas necessidades de contingente (ROSA, 2016, p. 16).

No entanto, a imagem 3 demonstra um pouco mais o que seria o sorteio militar. A moça da imagem o questiona se o homem, que, por sinal, é branco, não teria sido sorteado para o exército, ele, em tom de alívio, responde que “saiu branco”. O humor está ligado a ideia de que mesmo sorteado, por ser branco, ainda assim não seria recrutado. O trocadilho no papel do sorteio apesar de ter saído o seu nome teria saído “em branco”. Essa passagem demonstra, entre outras coisas, que o sorteio militar, mesmo após a referida lei, ainda era realizado sobre critérios racistas, evidenciando que, aos sujeitos brancos era concedido a possibilidade de não serem convocados, ainda que sorteados.

FIGURAS 4: OS TRAÇOS



FONTE: Revista Fon-fon! Ed. 0005, p. 14, 1909

FIGURA 5: OS TRAÇOS



FONTE: Revista Fon-fon! Ed. 0044, p. 21, 1908

Na figura 4, mais uma vez, é possível observar que era a Lei do sorteio era alvo de recorrente sátiras da Fon-Fon!, a premissa básica de que todos seriam recrutados, independentemente de sua origem social, era motivo de humor. Outra coisa, devemos observar que as imagens (figura 4 e 5) expressam estereótipos em comum, os contornos exagerados dos traços faciais, muitas vezes acompanhados de um tom de pele desproporcional a pele negra, é uma forma comum de uma representação racista de pessoas negras. Ainda tratando das figuras 4 e 5, podemos observar a intenção de representar um homem negro, os símbolos encontrados para caracterizar o personagem como negro são os traços, de contornos tão exageradamente marcados que o descaracteriza enquanto humano. A imagem cumpre seu papel enquanto unidade de informação, utilizando de um estereótipo enraizado no imaginário social para manter um canal inteligível de comunicação com seus interlocutores. Ao mesmo tempo, todavia, contribuí para a manutenção de um ideário, onde a representação comum, e possível, de um homem negro é a sua animalização, distanciando-o, dentro do que é concebível, de uma forma humana e assemelhando-se a um animal, um macaco.

Essa forma de representar pessoas negras é característica marcante do período pós abolição, em seus produtos artísticos e culturais. Uma prática oriunda de um sistema de crença erguido em tempo anterior, que se inicia no período colonial, que se transmuta e desdobrando-se em um plano cultural, no curso da História. Contudo, essas representações, para além de consequências desse imaginário social, são, também, um mecanismo de manutenção dessas crenças, são meios pelos quais o racismo se reconfigura. A desumanização da população negra é um dos sustentáculos de uma sociedade baseada em uma hierarquia arbitrária. O negro é um animal, um macaco. Pois, apenas dessa forma, é possível manter vigentes as estruturas que o exploram. Ainda que o aparato jurídico, de um Estado fundado por elites brancas, conceda-o cidadania plena, os aparatos culturais, produzidos por esta mesma elite, empurram-o a caricatura, a animalização, a marginalização e a categoria de sub-humano.

O que permite tamanha violência é a cordialidade. É o processo conjunto de negação e de apropriação das culturas de um povo. O racismo cordial concede-nos a capacidade de travestir a violência em humor. Uma forma de suavizar os conflitos e contradições raciais que fundam nossa sociedade, um movimento essencial para sustentar a utopia de uma terra onde os opostos são harmônicos, o mito de uma democracia racial.

FIGURA 6: OS 13 DE MAIO



FONTE: Revista Fon-fon! Ed. 0006, p. 10, 1908

A imagem 6 foi publicada na Fon-fon! em 16 de maio de 1908. Trata-se, de forma óbvia, de alguma lembrança do 13 de maio de 1888, data que marca a assinatura da abolição. Na revista, não há qualquer outro texto relacionado a imagem. Nas revistas da época, era comum, ao dia 13 de maio, a publicação de charges, caricaturas e sátiras sobre esta data. Algumas falavam sobre a possível desestruturação que a abolição causou na sociedade brasileira. Essas caricaturas colocavam os negros em espaços que antes não onde sua exclusão era comum, a ideia era, assim, causar espanto e uma possível aversão as elites brancas.

Os 13 de maio eram, dessa forma, aqueles negros libertos mediante a assinatura da princesa Izabel eram vistos. Segundo o autor Matheus Gato

Passados quinze anos da Abolição, a honra de ser libertado através da pena de ouro de uma princesa transformara-se num estigma. Aquilo que no mundo aristocrático do Império brasileiro era uma distinção converteu-se, passada mais de uma década republicana, na marca de uma

cidadania recente, negra, de segunda classe, signo da integração tardia à nação brasileira (GATO, 2018, p. 118.).

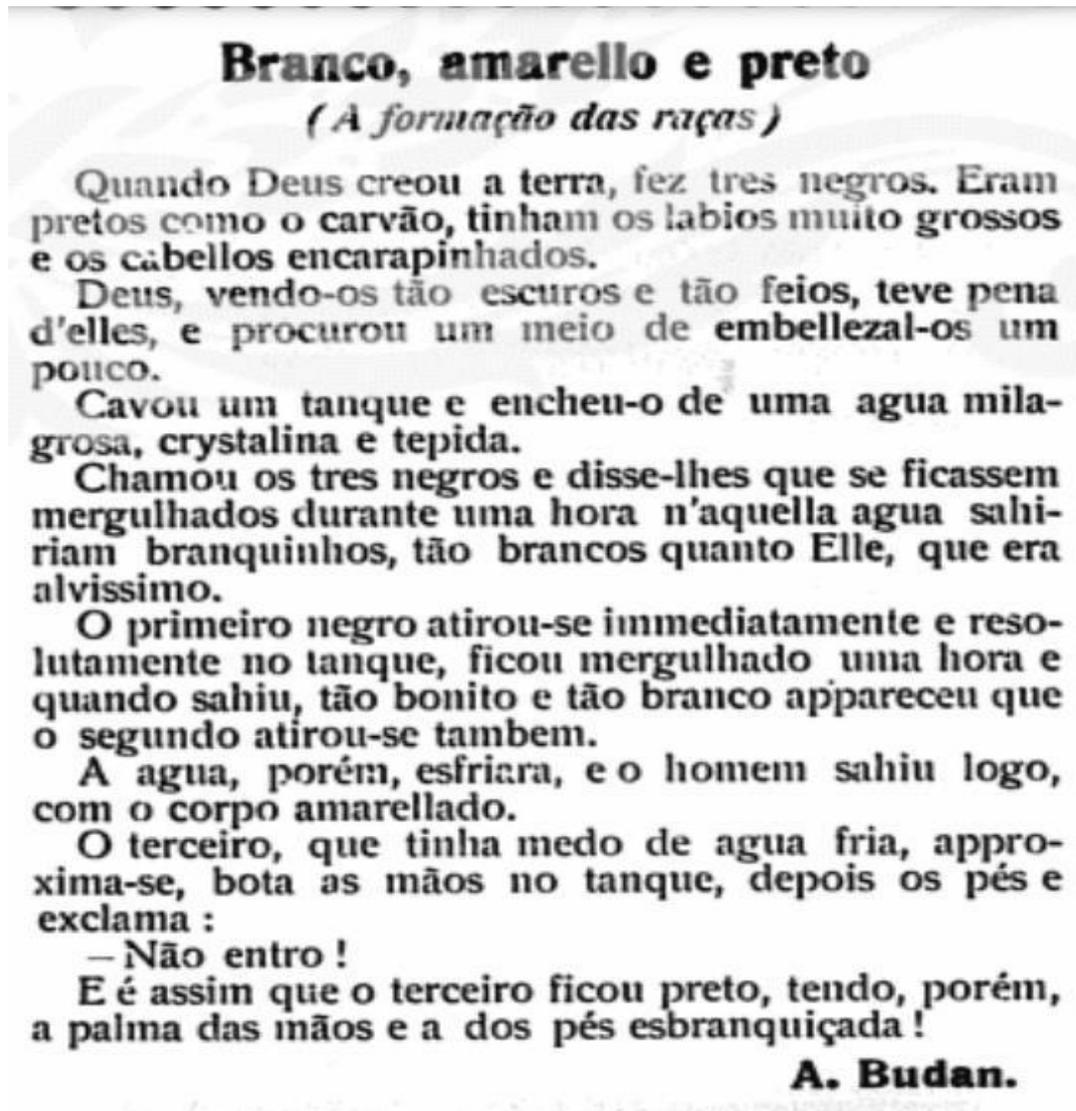
A revista não colocou nenhum texto ligado a imagem, não foi preciso, uma vez que a sociedade pós-abolicionista, era comum o estigma dado ao escravizados libertos. O imaginário social, impõe a condição de cidadãos de segunda classe, ficam à mercê, pois não há política de acesso a direitos básicos, para o negro na sociedade brasileira.

O estigma da recém adquirida cidadania era algo ao qual recaiu sob todas as pessoas negras, sejam livres antes ou depois da assinatura. Dentro disso, vocifera-se, de forma constante, os esforços do movimento negro na luta pela ressignificação desta data. Como explica o autor Matheus Gato neste trecho:

A mobilização do 13 de maio enquanto ruptura histórica também constituiu reivindicações operárias no pós-abolição, como é o caso da luta dos trabalhadores portuários que fundaram a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café no Rio de Janeiro em 1905. Uma das principais bandeiras da associação, composta majoritariamente por homens negros, era o fim do uso do chicote e outros castigos corporais como forma de punição (GATO, 2018, p.123).

Na imagem ainda podemos enxergar a miscigenação em voga, diferentes de tonalidades e traços negros. É possível estabelecer uma ligação entre esta representação e as políticas de embranquecimento da população. As revistas eram um reflexo do desejo latente da sociedade por um país menos negro. Como já dito, o processo de branqueamento da população brasileira é uma tentativa de expurgar a cor e traços dos negros no Brasil.

FIGURA 7: BRANCO, AMARELLO E PRETO



FONTE: Revista Fon-fon! Ed. 0001, p. 10, 1909

O texto acima revela a o pensamento latente na sociedade brasileira, uma ideia calcada nos referenciais de beleza do colonizador, que gera uma busca desenfreada pelo o que é branco, ao passo que, se converte na negação completa do não é. A partir disso, compreendemos um gatilho do processo de branqueamento da população, idealizado no fim do período escravocrata, cujo o cerne do projeto era tornar a sociedade brasileira o mais parecido com as sociedades européias. O branqueamento foi uma das formas de genocídio da população negra. Abdias do Nascimento de dica três capítulos do seu livro, *O Genocídio do Negro Brasileiro*, para discutir sobre as politicas eugenistas do projeto de embranquecimento no Brasil. O autor elucida que este, em especial, é um processo que teve suas ramificações

com níveis variados de violência. O estupro das mulheres negras, por exemplo, é uma dessas ramificações, uma das mais brutais, como explica Nascimento:

Para a solução deste grande problema - a ameaça da "mancha negra" - já vimos que um dos recursos utilizados foi o estupro da mulher negra pelos brancos da sociedade dominante, originando os produtos de sangue misto: o mulato, o pardo, o moreno, o pardavasco, o homem-de-côr, o fusco, mencionados anteriormente. O crime de violação cometido contra a mulher negra pelo homem branco continuou como prática normal através das gerações (NASCIMENTO, 1978, p. 69).

Essa prática era respalda pelas instituições e intelectuais da branquitude. A Igreja Católica, a título de exemplo, compreendia que o sangue negro carregava uma impureza espiritual de Cam. No livro de Gênesis, da bíblia sagrada, Cam é um dos filhos de Noé, cujo o pecado foi ver o pai nu e completamente embriagado. Como consequência do seu desrespeito, Noé amaldiçoa o filho de Cam, Canaã, a carregar uma marca que acompanharia todas suas gerações. Segundo algumas interpretações da bíblia, a marca de Canaã e seus descendentes é a pele negra. Diluir o pecado negro na pureza branca, portanto, o embranquecimento do negro, era uma prática vista com bons olhos pela Igreja Católica.

Por outro lado, intelectuais da branquitude, a exemplo de Gilberto Freyre que identifica um caráter positivo no estupro de mulheres negras para configuração étnico-racial no Brasil, pois, após gerações de filhos bastardos de capatazes e senhores de engenhos, começa-se a embranquiçar os traços dos negros, o que contribuiu, segundo o autor para o equilíbrio entre os antagonismos no Brasil.

Os processos de embranquecimento ocorreram de formas distintas, com a brutalidade abissal dos estupros de mulheres negras, mas também de formas passivas, que embrascondam seu verdadeiro caráter, ainda eram extremamente violentas. Uma dessas formas eram as imigrações. Como revela Abdias:

A predominantemente racista orientação da política imigratória foi outro instrumento básico nesse processo de embranquecer o país. A assunção prevalescente, inspirando nossas leis de imigração, considerava a população brasileira como feia e geneticamente inferior por causa da presença do sangue negro-africano. Necessitava, conforme a receita de Arthur de Gobineaus (1816-1882), influente diplomata e escritor francês "fortalecer-se com a ajuda dos valores mais altos das raças européias.". Gobineau predisse que dentro de dois séculos a raça negra desaparecerá completamente (NASCIMENTO, 1978, p. 70).

Várias políticas para favorecer o embranquecimento da população foram implantadas. Em 1890, foi decretada uma política onde se permitia a entrada de imigrantes que estivessem aptos ao trabalho, entretanto, asiáticos e africanos teriam sua entrada permitida mediante autorização do Congresso Nacional.

Este pequeno texto da revista revela alguns pensamentos comuns da sociedade brasileira, no início da República, e que permanecem no imaginário social: ser branco é bom, ser branco é desejável, todo negro sonha em ser branco. O texto descreve ainda a figura de um deus branco, o ser sacralizado de uma sociedade é branco, e fez seus filhos a sua imagem e semelhança, qual o lugar dos que destoam dessa característica? ser a imagem e semelhança de um deus é o reforço do narcisismo das subjetividades brancas. O embranquecimento, enquanto política de Estado, era defendido para tornar a sociedade brasileira mais aceitável moralmente, inclusive, uma ideia que ganhara ares progressistas para alguns intelectuais. A elite branca deste país, sonhava como a higienização do negro no brasileiro, para tal elite, era um fetiche negro tornar-se branco. Ao fim do processo, se bem executado, esta população que manchava no país seria grata a seus algozes. Abdias Nascimento aponta o pensamento da nossa elite branca como:

Uma afirmação exemplar emitida pela ideologia racial brasileira: a assunção de que as pessoas de origem índia ou africana preferem ser rotuladas de brancas e a simultânea presunção de que a benevolência da estrutura social em lhes concedendo o privilégio do status de "branco" constitui prova da ausência de preconceito ou discriminação racial! (NASCIMENTO, 1978, p. 76).

FIGURA 8: DEPUTADO MONTEIRO LOPES

FONTE: Revista Fon-fon! Ed. 0009, p. 14, 1909

FIGURA 9: PEQUENA ENTREVISTA POLÍTICA COM O DR. MONTEIRO LOPES

PEQUENA ENTREVISTA POLITICA

com o Dr. Monteiro Lopes

Os primeiros actos de S. Ex. na Camara. — Os seus primeiros projectos.

Concedida a necessaria licença, que antecipadamente havíamos solicitado, procurámos o Dr. Monteiro Lopes no seu escriptorio de advogado. S. Ex. nos recebeu com o seu cavalheirismo habituado.



— Entra *Fon-Fon* e falla.
 — V. Ex. sabe que o seu nome é hoje fallado e repetido em todo o Brazil.
 Sei, *Fon-Fon*, sei.
 — Sabe que de todos os candidatos a Deputado por este Districto, foi o que tomou maior destaque antes, durante e depois das eleições.
 — Também sei, *Fon-Fon*, também sei.
 Ora, se V. Ex. sabe tudo isto, deve comprehender o natural desejo de *Fon-Fon* de entrevistá-lo, de conhecer de perto a sua attitude na proxima Camara. Que pretende fazer.



Ahi o Dr. Monteiro Lopes tomou uma attitude solemne, limpou o rosto e começou:

— Não tenho programma, mas pretendo fazer muita cousa.
 — Sim?
 — O meu primeiro acto será pedir á Meza que mande abrir mais janellas na Camara....
 — Mais janellas....
 — Sim, quero ver, ali, tudo claro.
 — Ah!
 — Depois apresentarei uma emenda ao regimento, mudando as horas das sessões.
 — Para a noite.
 — Não, para o romper d'Alva....
 — Muito bem.
 — Em seguida apresentarei uma outra emenda tambem ao regimento, supprimindo os votos em branco.
 — Bella idéa.
 — Ainda, depois, apresentarei um projecto prorogando o prazo de contracto das loterias comtando...
 — Comtando....
 —que não haja bilhete branco.
 Finalmente, se não conseguirem que as minhas idéas sejam approvadas então mandam... a Camara....
 — Mandará á Camara?
 —a preta dos jasteis... de Santa Clara.



Fon-Fon deu-se por satisfeito e num vigoroso aperto de mão, agradeceu a S. Ex. a gentileza com que o distinguiu e safou-se.

Fon-Fon!

Manoel da Motta Monteiro Lopes nasceu na cidade de Recife, em Pernambuco, no natal de 1867. Em maio de 1909, Lopes foi empossado e reconhecido como deputado federal pelo Distrito Federal. Lopes tornou-se o primeiro deputado federal negro na História do Brasil. O deputado era amplamente entendido como um homem negro que lutava pela causa do operariado:

A partir das associações que participaram da mobilização em prol da sua posse e das homenagens prestadas na ocasião do seu falecimento, é possível identificar os grupos e as entidades com os quais se relacionava mais diretamente: sociedades de resistência dos trabalhadores em trapiches e em café e em carvão; militares de baixa patente e alferes; operários do Arsenal da Marinha; mestres da locomoção; operários da fábrica de cartuchos de Realengo; bagaceiros da Estrada de Ferro Central do Brasil; operários do Engenho de Dentro; operários da Imprensa Nacional; trabalhadores do serviço de prevenção à febre amarela; trabalhadores das capatazias da Alfândega; e “associações onde o elemento preto superabunda”.³¹ Essa pista nos indica que muitos trabalhadores se identificaram com Monteiro Lopes em função de afinidades étnico-raciais, até porque muitos desses ofícios e associações reuniram grande contingente de trabalhadores negros (DANTAS, 2010, p. 3).

Foi um nome importante, dentro e fora da câmara, sendo reconhecido por José do Patrocínio como “defensor dos fracos e oprimidos”. Ser o primeiro deputado negro eleito trouxe a Monteiro Lopes um status jocoso na imprensa da época, como explica Petrônio Domingues:

[...]a partir do qual a “cor” do político negro era jocosamente associada a coisa ruim, a um ambiente de negatividade, de escuridão, de trevas, enfim, de ausência de luz. Essa é apenas uma ínfima amostra das muitas pilhérias, troças e chacotas que foram veiculadas pelos órgãos da grande imprensa alvejando Monteiro Lopes. Perante a “boa sociedade”, o político “preto” era antes um outsider. E, como postula Norbert Elias, os grupos em situação de poder (os estabelecidos) tendem a se crer melhores que os outros grupos (outsiders), passando a estigmatizá-los, menosprezá-los e tratá-los como seres inferiores (DOMINGUES, 2013, p.65).

A Fon-fon! não agiu de forma diferente em relação ao que era visto na imprensa carioca. As charges acima satirizam os fenótipos do deputado, representam jocosamente a sua pele, com a finalidade de desqualificá-lo enquanto político. As charges aludem, conjuntamente a tonalidade escura do deputado, a prática política do deputado. A insinuação que ele pretendia ‘clarear’ as coisas na câmara é uma forma de ironizar sua atuação partindo de uma tipificação racista. As propostas apresentadas na citada entrevista são trocadilhos que fazem jogos semânticos com os binômios claro/escuro, preto/branco.

A sátira a políticos na época era bastante comum nas revistas, a própria Fon-fon! se propunha a ser esse canal de informação e gozação da política brasileira. Contudo, no caso do deputado Monteiro Lopes, o instrumento utilizado para a gozar do deputado não era sua atuação legislativa, tampouco escândalos, ou outras razões comuns a políticos da época, o instrumento da sátira era puramente racial, a maneira de desqualifica-lo enquanto político era imputa-lo o estigma de ser menos humano.

Em seu texto, intitulado *“Vai ficar tudo preto” Monteiro Lopes e a cor na política*, Domingues revela que tais contratempos não foram suficientes para fazer o deputado recuar em seu papel. Apesar do esforço das revistas em ridiculariza-lo, e também a contragosto dos seus colegas políticos, o deputado Monteiro permanecia com seus ideais tendo como aposta a ampliação da cidadania.

O deputado Monteiro Lopes faleceu no Rio de Janeiro, aos 43 anos, em 13 de dezembro de 1910, por causa de uma doença nos rins. Interrompendo seu mandato como deputado federal. Seu último ato na política foi a votação a favor da anistia dos marinheiros envolvidos na Revolta da Chibata. Acreditava que os marinheiros estavam lutando por seus direitos e contra os castigos físicos infringidos a eles.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A título de conclusão, infere-se a necessidade de ponderar algumas questões que circundam este trabalho. Inicialmente, é conveniente salientar que nossa análise não abarca a totalidade de produções da Revista Fon-fon! todavia, os materiais analisados, dentro do recorte de tempo pré-estabelecido, possibilitaram a catalogação várias expressões do imaginário social da época. Dessa forma, tendo em vista que a revista circulou até 1958, existe um mar de representações ainda não exploradas e que, mediante a novas pesquisas, podem fornecer fragmentos do plano ideológico de períodos específicos da História brasileira. Em segundo lugar, mas não distante, destaca-se a necessidade de uma compreensão, de forma aprofundada, as sucessões históricas da estrutura racista da sociedade brasileira, e a relação dialética entre seus planos ideológico e material. Essas são investigações que consideramos pertinentes para o entendimento do racismo estrutural.

Foi preciso, para este trabalho, buscar compreensões sobre o funcionamento do racismo, teorizados por diversos intelectuais que, inclusive, atentam para as especificidades do Brasil. A democracia racial, a cordialidade, a neurose cultural, são conceitos de extrema relevância na compreensão do racismo à brasileira. O processo histórico ao qual o racismo é estudado durante este trabalho é intrinsecamente ligado ao plano cultural.

Desse modo, neste trabalho o plano cultural foi o campo objeto da análise. A dinâmica estrutural exercida pelo racismo permiti-nos estudar o plano cultural, de tal forma, e como ele media as expressões cotidianas do racismo, fazendo um exercício de compreensão da sociedade em que estamos inseridos. A superação desse sistema de crença perpassa, necessariamente, a reflexão de suas variações. Não há meios possíveis de acabar com a estrutura racista, sem o enfrentamento direto dessas questões.

Compreender as dimensões históricas do racismo, bem como seus processos de engendramento e ramificação na estrutura social, torna-se um movimento necessário para a construção de uma postura de enfrentamento as dinâmicas estabelecidas. Este é um desafio de folego, mas que deve orientar as formulações em torno de um novo modelo de ordenamento social, capaz atender as demandas históricas da população negra. A elite branca se beneficia da desumanização desta população, extraí até a última gota do sangue e do suor deste povo, e mantém ligado moinho de gastar gente, em troca de lucratividade. Esta elite, será sempre uma oposição reacionária e racista aos projetos de emancipação do povo negro. A subalternização é um projeto político imposto por aqueles que lucram com o enrijecimento da estrutura social vigente.

As contradições raciais no Brasil acabam por desencadear três posturas políticas básicas: a primeira tem caráter amplamente racista, pois nega as dinâmicas de desumanização e age com o intuito de frear avanços sociais sob essa estrutura. Outra postura é a convivência, onde existe uma apatia generalizada pelas demandas históricas do povo negro, observando de perto, sobre a luz, está indiferença também se configura como racismo. A terceira postura é o enfrentamento, uma postura ativa pela destruição das estruturas que solapam a vida deste povo. Essas posturas são antagônicas e inconciliáveis. Portanto, é necessário escolher um lado da História. O enfrentamento ao racismo é conseqüentemente uma luta contra a estrutura social que o possibilita a existência desse fenômeno. Todos que cultuam a revolta e a indignação contra os processos de desumanização do negro, devem construir o movimento emancipatório de tomar os rumos da História em suas mãos.

Feita as devidas ponderações, incumbe-nos a tarefa de sistematizar as compreensões obtidas a partir desta análise. Através das imagens observadas, percebemos a reprodução de dinâmicas extremamente violentas a que era condicionado o povo negro. Essas dinâmicas de tipificação e estereotipagem se transfiguram no imaginário social, e reforçam um processo de desumanização da pessoa negra. As violências que essas representações carregam podem disfarçar-se de humor, em virtude do racismo cordial, que é uma especificidade do racismo brasileiro. Os estereótipos contidos nas imagens não podem ser considerados meras sátiras, pois cumprem o papel de subalternizar o negro no imaginário social e, concomitantemente, justifica a superexploração materialmente impostas a essa população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Camilla Lima de. Racismo e Humor: O impacto De Piadas Nas Expressões De Racismo. 2016, 132f. Dissertação de Mestrado. -Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

BARROS, José D'Assunção. O projeto de pesquisa em história, da escolha do tema ao quadro teórico. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL) – HEMEROTECA DIGITAL.

BORGES, Roberto Carlos da Silva e GIORGI, Maria Cristina. Discurso, propaganda e estereótipos raciais: uma questão de segurança. Em: MÜLLER, Tânia Mara Pedroso e COELHO, Wilma de Nazaré Baía (org.). Relações Étnico-Raciais e Diversidade. Niterói: Editora da UFF, Alternativa, 2014, 165-178.

DAHIA, Sandra Leal de Melo: A mediação do riso na expressão e consolidação do racismo no Brasil, vol. 23, núm. 3, 2008, pág. 697-720 Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

DANTAS, Carolina Vianna. De Zumbi a José do Patrocínio: a construção de uma história nacional e republicana nas primeiras décadas do século XX, p. 126-150. Almanaque, v. 1, n. 4, 2012.

DANTAS, Carolina Vianna. Monteiro Lopes (1867-1910), um "líder da raça negra" na capital da República. Afro-Ásia, n. 41, p. 167-209, 2010.

DOMINGUES, P. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). Diálogos Latinoamericanos, [S. l.], v. 6, n. 10, pág. 16, 2005. DOI: 10.7146/dl.v6i10.113653. Disponível em: <https://tidsskrift.dk/dialogos/article/view/113653>. Acesso em: 22 abr. 2023.

FONSECA, Dagoberto Jose. A Piada: Discurso Sutil Da Exclusão Um Estudo Do Risível No "Racismo A Brasileira". 1994, 307f. Dissertação de Mestrado -Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994.

FONSECA, Fernanda Cardoso. A Amefricanidade enquanto categoria de resistência para um projeto decolonial Latino-Americano.

FRANQUI, R.; PERIOTTO, M. R. O modelo feminino na revista Fon-Fon! (1907-1958): a pedagogia da maternidade no Estado Novo. PerCursos, Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 82 -, 2016. DOI: 10.5965/1984724617332016082. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1984724617332016082>. Acesso em: 21 abr. 2023.

FREDRICKSON, George M. Racismo: Uma Breve História: 1.ed. Porto: Campo das Letras, 2004.

FRANQUI, R.; PERIOTTO, M. R. O modelo feminino na revista Fon-Fon! (1907-1958): a pedagogia da maternidade no Estado Novo. PerCursos, Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 82 -, 2016. DOI: 10.5965/1984724617332016082. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1984724617332016082>. Acesso em: 21 mar. 2023.

FREUD, Sigmund. O chiste e sua relação com o inconsciente. LeBooks Editora, 2019.

GATO, Matheus. "Ninguém quer ser um treze de maio": Abolição, raça e identidade nacional nos contos de Astolfo Marques (1903-1907). Novos estudos CEBRAP, v. 37, p. 117-140, 2018.

GONZALEZ, Lélia. (1982). E a trabalhadora negra, cumé que fica? *Jornal Mulherio*, São Paulo.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, v. 92, n. 93, p. 69-82, 1988a.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. *Revista Isis Internacional*, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988b.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. IV Encontro Anual da Associação Brasileira de Pós-graduação e Pesquisa nas Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 1984.

LIMA, Marcus Eugênio de Oliveira; VALA, Jorge. As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. *Estud. psicol. (Natal)* vol.9 no.3 Natal Sep/Dec. 2004.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira. Normas Sociais e Racismo: Efeitos do Individualismo Meritocrático e do Igualitarismo na Infra-humanização dos negros. 2002, 409f. Dissertação de Doutorado -Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, 2002.

MACENA, Fabiana Francisca. Madames, mademoiselles, melindrosas: "feminino" e modernidade na revista Fon-Fon (1907-1914). 2010. 128 f. Dissertação (Mestrado em História) -Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

O Brasil café com leite. Debates intelectuais sobre mestiçagem e preconceito de cor na Primeira República. Em: *Revista Tempo*, v. 13, nº 26. Niterói: UFF, janeiro de 2009, p. 56-79.

LUSTOSA, I. (1991). Negro humor - A imagem do negro na tradição cultural brasileira. *Revista USP*, (9), 161-170. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i9p161-170>.

ROSA, Luiz Sandro Gonçalves da. O processo de implantação da Lei nº 1.860 de 4 de janeiro de 1908: Lei do Alistamento e Sorteio do Serviço Militar Obrigatório no início do século XX. 2016.
SALES JR, Ronaldo. Democracia racial: o não-dito racista. *Tempo Social [online]*. 2006, v. 18, n. 2, pp. 229-258. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-20702006000200012>>. Acesso em: 21 de out. 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: Uma Biografia*: 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Luara dos Santos. 'Etymologias, ptryo': sentidos da negritude em disputa no periodismo carioca (1900-1920). Salvador BA: UCSal, 8 a 10 de outubro de 2014, ISSN 2316-266X, n.3, v. 17, p.233-245.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar*. UFMG, 2010.

VERGNE, Celso de Moraes; VILHENA, Junia de; ZAMORA, Maria Helena; ROSA, Carlos Mendes. A Palavra é... Genocídio: A Continuidade De Práticas Racistas no Brasil. *Psicol. Soc.* vol.27 no.3 Belo Horizonte set./dez. 2015.

PEREIRA, Bergman de Paula. "De escravas a empregadas domésticas-A dimensão social e o" lugar" das mulheres negras no pós-abolição." *Anais do Encontro da ANPUH* (2011).